

# Segurança: os bons resultados para o bem-estar da população

» CELINA LEÃO

Vice-governadora do Distrito Federal

Fazer do Distrito Federal um dos lugares mais seguros do país para viver é um trabalho diário, direcionado, planejado e executado em conjunto por este Governo do Distrito Federal (GDF). Em novembro, o programa DF Mais Seguro — Segurança Integral, da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), completou um ano com resultados que mostram os grandes avanços conquistados e que impactam diretamente na qualidade de vida de toda a população.

Em outubro, registramos o menor número de crimes contra a vida (CVLIs) no DF em 25 anos. Levantamento da SSP-DF mostra queda de 35,5% no número de vítimas desse tipo de crime no mesmo período do ano passado, onde estão incluídos homicídios, feminicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Para se ter uma ideia, o número de homicídios foi o menor desde 2000, com 18 ocorrências este ano, contra 40 em 2000.

Em 2023, registramos a menor taxa de homicídios dos últimos 47 anos, o que nos alçou à segunda capital mais segura do país, de acordo com o Atlas da Violência 2024. Os resultados que temos colhido, fruto de muita dedicação das nossas forças de segurança, nos indicam que podemos encerrar 2024 com o menor número de homicídios dos últimos 48 anos. Neste mês de novembro, celebramos também o fato de sete regiões administrativas do Distrito Federal completarem um ano sem registro de homicídios: Candangolândia, Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, Cruzeiro, Riacho Fundo, Varjão e Arniqueira.

Os crimes contra o patrimônio (CCPs) também

caíram. A maior redução foi em roubo em transporte coletivo, com 48,9% menos ocorrências de janeiro a outubro deste ano, comparado ao mesmo período de 2023. Roubo a transeunte registrou queda de 17,6%. Já roubo a residência teve redução de 30,4%; a comércio, 30,3%; e veículo caiu 20,5%. Furto em veículos também registrou menos 2,5% de ocorrências. Esses percentuais representam 2,6 mil crimes a menos em todo o DF em relação ao mesmo período de 2023.

Outro levantamento que atesta o serviço de excelência das nossas forças de segurança é a liderança do DF na resolução de homicídios em todo o país. Levantamento do Instituto Sou da Paz mostra índice de 90% na elucidação dos crimes, o que envolve a identificação do autor e sua denúncia pelo Ministério Público (MP). São dados consistentes e robustos que demonstram que a segurança no DF cresce de modo sustentável a partir do planejamento, monitoramento e incremento de ações para a constante melhoria desses índices, e nos indicam que estamos caminhando na direção certa.

A abordagem inovadora do DF Mais Seguro — Segurança Integral, que parte do conceito de integralidade, ou seja, atuação articulada de diversos órgãos governamentais e da sociedade civil, tem sido fundamental para alcançarmos esses resultados. Por outro lado, temos atuado para reforçar o nosso efetivo, o que confere melhores condições de trabalho para os agentes de segurança e mais segurança para a população.

Em novembro, promovemos um grande reforço com a nomeação de 791 policiais civis e 272 policiais

penais. O que foi possível graças à nossa articulação no Congresso Nacional para alterar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e permitir o aumento do quadro e, consequentemente, a contratação dos profissionais. Em setembro, tivemos a maior convocação de militares dos últimos anos, com 1.260 agentes reforçando a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

Não podemos deixar de mencionar a atuação rápida e precisa das nossas forças de segurança diante do ataque realizado com explosivos no último dia 13 de novembro, na Praça dos Três Poderes. Imediatamente após o incidente, o local foi isolado e passou por uma varredura completa para garantir a segurança de todos os que circulam na região: autoridades, a população em geral e turistas.

Somado a tudo isso, o GDF agiu prontamente para evitar que novos episódios do tipo tornem a acontecer em nossa cidade com a criação, pelo governador Ibaneis, da Divisão de Prevenção e Combate ao Extremismo Violento (Dpcev) dentro do organograma da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

A nova divisão contará com dois delegados e 23 policiais que receberam a missão de prevenir e mapear tentativas de atentados em todo o DF. A iniciativa marca mais um avanço significativo na prevenção e investigação de crimes em nossa cidade e reforça nossa capacidade de proteger os poderes e garantir a segurança da população. Nosso compromisso diário é tornar o DF um lugar cada vez mais seguro, e temos plena confiança de que o trabalho que estamos desenvolvendo nos levará a patamares ainda mais elevados.

## Proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais

» FLÁVIO ARNS

Formado em direito e em letras, senador (PSB-PR) e presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado

A vivência no ambiente digital é um caminho sem volta. Hoje, o uso de celulares, computadores, tablets, relógios e outros equipamentos inteligentes domina o nosso cotidiano, o que nos deixa vulneráveis.

No Senado Federal, acompanho diferentes iniciativas que trazem luz a essa temática. Fui designado relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, agora, na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) do Projeto de Lei nº 2.628/202, que estabelece medidas para a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Esse projeto, além de buscar a proteção, traz obrigações, regras e sanções por descumprimentos de ações. O foco da matéria são as redes sociais, aplicativos, sites, jogos eletrônicos, softwares, produtos e serviços virtuais.

Para entender melhor o assunto, realizamos audiências públicas para ouvir técnicos, especialistas, acadêmicos e estudiosos da área. Da mesma forma, realizamos um meticuloso trabalho de gabinete, em reuniões virtuais e presenciais, em que todos os interessados na matéria foram ouvidos e puderam apresentar sugestões à matéria.

Os debates foram essenciais para a elaboração de um texto substitutivo, que está em discussão na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). Depois, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Viver intensamente a tecnologia pode influenciar e viciar. Quem nunca se viu tentado a seguir padrões que aparecem nas telas? A saúde mental corre risco, havendo, inclusive, quem se prevaleça e luche com essa fragilidade humana.

Quando se trata de crianças e adolescentes, esse risco é ainda maior. Essa faixa etária tende a seguir desafios fantasiosos. Refiro-me, por exemplo, à influência de vídeos rápidos, aos jogos que entregam prêmios fáceis e à busca incessante por likes, views e matches.

Diante desse cenário, procurei destacar no substitutivo ao PL nº 2.628/2022 alguns pontos fundamentais. Em relação aos jogos eletrônicos, ficam proibidas as loot boxes, pois envolvem gastos monetários e viciam. Loot boxes são caixas de recompensa, presentes em certos jogos eletrônicos, que instigam a aquisição, mediante pagamento pelo jogador, de vantagens aleatórias sem garantia de sua utilidade.

Também fica proibido o uso de dados pessoais para direcionar publicidade, as chamadas técnicas de perfilamento. Outro ponto abordado é a necessidade do controle parental. O que isso significa? Pais e responsáveis legais ficam aptos a adotar medidas de segurança no ambiente digital. Podem bloquear contas, restringir a visibilidade de conteúdo e tempo de uso e impedir a interação entre usuários.

Seguindo o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o substitutivo dispensa a necessidade de ordem judicial para que sejam removidos conteúdos ofensivos aos direitos de crianças e adolescentes, como violência física, bullying, assédio físico, sexo e moral, bebidas e jogos de azar.

O combate a conteúdos de exploração e abuso sexual infantil também foi motivo de atenção. Provedores e fornecedores de serviços virtuais devem comunicar às autoridades competentes sempre que identificarem situações dessa natureza.

Vale ressaltar os dados trazidos pela organização não governamental Safenet Brasil: em 2023, foram recebidas 71.867 denúncias relacionadas a esse tipo de conteúdo, um crescimento de 77,13% em relação ao ano anterior. Foi o maior volume registrado nos 18 anos da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, mantida pela entidade.

Restrições de acesso a conteúdo pornográfico foi outro assunto de destaque. Provedores de internet devem impedir o acesso e a criação de contas por crianças e adolescentes, adotando mecanismos confiáveis de aferição.

A inteligência artificial não ficou de fora. Tomamos o cuidado de restringir ferramentas de IA que coloquem em risco o bem-estar dos usuários. Reconheço a importância da tecnologia, mas considero que os desafios exigem uma postura séria na garantia de ambientes digitais seguros.

Buscar manter a saúde física e mental de crianças e adolescentes, para que se desenvolvam plenamente, deve ser sempre o nosso maior propósito como legisladores, pesquisadores, pais e educadores. É esse um debate que acontece no Senado Federal e que interessa a toda a sociedade.



## Poder público precisa ser proativo no desenho dos novos futuros

» GRACIELA SELAIMEN

Diretora-executiva do Instituto Toriba, consultora sênior na The International Resource for Impact and Storytelling (IRIS), membro do Conselho Diretor da Oxfam Brasil e do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)

Vivemos em um mundo de múltiplas urgências. A emergência climática, o desmantelamento de uma infraestrutura global de governanças, guerras persistentes e os governos de extrema-direita nos mostram tudo isso. Esse cenário desafiador de polícrise distancia o mundo da justiça social, ambiental e econômica e desafia as instituições, sobretudo as públicas, a desenvolverem sua habilidade de imaginar e antecipar cenários possíveis, algo já corriqueiro nas empresas e em alguns governos, como os da Inglaterra, da França, da Finlândia e do Canadá.

Por tudo isso, está mais do que na hora de os Estados incorporarem em suas práticas novas formas de fazer seu trabalho — ou seja, novas metodologias, ferramentas, soluções, narrativas. Temas como esses apareceram na Semana de Inovação 2024 da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), realizada recentemente, na qual a equipe do Instituto Toriba conduziu um painel sobre o Estado como indutor do cuidado com as futuras gerações e uma oficina para servidores sobre o futuro do cuidado e o cuidado do futuro.

A escolha do tema da edição deste ano foi bastante feliz. Esse cuidado é um compromisso já assumido por governos que inovaram na forma de elaborar e avaliar políticas públicas. Um exemplo emblemático é a Lei de Bem-Estar das Gerações Futuras do País de Gales, uma legislação que exige que os órgãos públicos considerem o impacto de longo prazo de suas decisões. O recém-aprovado

Pacto para o Futuro das Nações Unidas inclui a Declaração sobre Futuras Gerações, que reconhece que gerenciar crises de curto prazo é insuficiente para os desafios atuais e convida governos e organizações multilaterais a priorizarem o pensamento de longo prazo nas políticas, no planejamento e nas ações para assegurar melhores resultados às gerações atuais e futuras.

Infelizmente, o horizonte da maioria dos tomadores de decisão política está restrito à próxima eleição. A visão de curto prazo na governança precisa ser tratada com urgência, especialmente diante da velocidade das mudanças atuais. Se não ampliarmos seus horizontes temporais, os governos continuarão sempre operando no imediatismo e de forma reativa. Mudar essa lógica e reservar tempo, espaços institucionais e recursos humanos e financeiros para exercitar desenhos de futuros é mais importante do que nunca. Não se preparar para cenários possíveis e por vir é, na verdade, um risco gigantesco.

Como os governos nacional e estadual estão se preparando agora para os cenários climáticos possíveis para evitar tragédias como a do Rio Grande do Sul? Que políticas educacionais e trabalhistas nacionais servem, de fato, às futuras gerações num mundo mediado por inteligência artificial? Que novas instituições precisam ser desenhadas para melhorar a educação, a saúde e a segurança diante da falência de sistemas criados em outros séculos, mas que continuam operando?

É urgente, portanto, que os governos estejam

abertos a novas possibilidades de formular e testar políticas, abram mão de crenças e estruturas ultrapassadas e dediquem-se a elaborar ações olhando para possibilidades de futuros. Isso permite aos gestores públicos tomar, desde já, medidas concretas na direção de cenários desejáveis e prevenir-se e adaptar-se antes de as emergências acontecerem. A Estratégia Brasil 2050, liderada pela Secretaria Nacional de Planejamento, é um passo nessa direção. O desafio, hoje, é mobilizar múltiplos atores sociais para participar efetivamente de sua construção.

Estratégias e políticas de futuro devem, de forma indispensável, contar com a contribuição ativa de pessoas com lugares de fala distintos e diversidade de origens geográficas, gênero, raça, etnia, idade e setores da sociedade. Todos devem ter o direito de criar novas perspectivas sobre nosso futuro como sociedade. Além disso, promover a alfabetização em futuros é capaz de melhorar em muito as dinâmicas humanas e institucionais, inclusive nas próprias entidades públicas, porque reaviva o sentido positivo das utopias.

Temos o desafio urgente de deixarmos de apenas aceitar futuros aparentemente inexoráveis, em geral catastróficos e paralisantes, e partir para a ação de desenhar e testar o novo, com a perspectiva de ir além, de ver o que é mais possível, e acreditando que outros futuros podem, e devem, ser criados e narrados. Esse é um grande convite do nosso presente.